



DIVULGAÇÃO  
DE RESULTADOS

2024

LINHAS DE ITACAIÚNAS DE  
TRANSMISSORA DE ENERGIA  
LTDA



GRUPO  
energisa12





LINHAS DE ITACAIÚNAS DE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

**Cataguases, 31 de março de 2025** – A Administração da LINHAS DE ITACAIÚNAS DE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2024 e 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários.

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	60	61
Imposto a recuperar	6	51	53
<b>Total do circulante</b>		<b>111</b>	<b>114</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto a recuperar	6	22	18
<b>Total do não circulante</b>		<b>22</b>	<b>18</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>133</b>	<b>132</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	108	108
Impostos e contribuições sociais	9	13	13
<b>Total do circulante</b>		<b>121</b>	<b>121</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	8	864	800
Provisões para riscos fiscais e regulatório	11	50	45
<b>Total do não circulante</b>		<b>914</b>	<b>845</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12.1	40.106	39.726
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	380
Prejuízos acumulados	15	(41.008)	(40.940)
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>		<b>(902)</b>	<b>(834)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>133</b>	<b>132</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>			
Custo do serviço	13	(63)	(30)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(63)</b>	<b>(30)</b>
Despesas gerais e administrativas	13	(1)	(8)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>(1)</b>	<b>(8)</b>
Receitas financeiras	14	2	6
Despesas financeiras	14	(6)	(6)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(4)</b>	<b>0</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(68)</b>	<b>(38)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(68)</b>	<b>(38)</b>
Prejuízo por ação R\$	15	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	16	(68)	(1.356)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>(68)</b>	<b>(1.356)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	(Prejuízos) Lucros acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>39.726</b>	<b>(40.902)</b>	<b>10</b>	<b>(1.166)</b>
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	-	370	370
Prejuízo do exercício	15	-	(38)	-	(38)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>39.726</b>	<b>(40.940)</b>	<b>380</b>	<b>(834)</b>
Aumento de capital com AFAC conforme RSQ de 16/05/2024	12.1	380	-	(380)	-
Prejuízo do exercício	15	-	(68)	-	(68)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>40.106</b>	<b>(41.008)</b>	<b>-</b>	<b>(902)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Geração do valor adicionado</b>			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	13	(63)	(38)
Outros custos operacionais	13	(1)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(64)</b>	<b>(38)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(64)</b>	<b>(38)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(64)</b>	<b>(38)</b>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	2	6
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>(62)</b>	<b>(32)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros	14	6	6
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
(Prejuízo) do exercício	15	(68)	(38)
		<b>(62)</b>	<b>(32)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>			
(Prejuízo) Lucro do exercício	15	(68)	(38)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	14	4	2
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	6	(2)	69
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento de fornecedores	8	64	800
(Diminuição) de Tributos e contribuições sociais		-	(10)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1)
(Diminuição) de outras contas a pagar		-	(771)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(2)</b>	<b>51</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>		<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Partes relacionadas	10	-	(560)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	370
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(190)</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1)</b>	<b>(136)</b>
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	61	197
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	60	61
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1)</b>	<b>(136)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1 Contexto operacional

A Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda. ("LITE" ou "Companhia"), sociedade limitada, foi constituída em 15 de maio de 2013 como sociedade limitada e está estabelecida em Cataguases, estado de Minas Gerais. A Companhia tinha por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, porém através da Portaria nº 484, de 14 de dezembro de 2017, foi declarada a caducidade da concessão da Companhia, tendo por consequência a extinção da concessão.

### 1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 10 de maio de 2013 a Gemini Energy S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 01/2013, realizado na Bolsa de Valores do São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Tucuruí II - Colinas. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 1º de agosto de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2013.

No dia 1º de agosto de 2013, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 012/2013 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 272 km, com origem na subestação Tucuruí II, localizada no estado do Pará e término na subestação Itacaiúnas, também localizada no estado do Pará; pela linha de transmissão Itacaiúnas - Colinas, em 500kV, segundo circuito simples, com extensão aproximada de 291 km, com origem na subestação Itacaiúnas e término na subestação Colinas; respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional --SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e



VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - ("IASB"), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 10 – Provisões para riscos fiscais e regulatório

## 3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 3.1 Práticas materiais



a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. **Instrumentos financeiros**

**Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer



Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

### Passivos financeiros:



São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2024, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

**Mensuração subsequente** – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** – Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

**Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

**c. Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência.

**d. Imposto de renda e contribuição social** – compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.



Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

**e. Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

**h. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

**i. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

#### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

#### Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027



A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### 4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

##### 5.1 Caixa e Equivalente de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	60	61
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>60</b>	<b>61</b>

#### 6 Impostos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	69	68
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL	3	2
Outros	1	1
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>71</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>51</b>	<b>53</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>22</b>	<b>18</b>

#### 7 Despesas de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(68)	(38)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	23	13
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	-	(10)
Créditos tributários não constituídos no exercício	(23)	(3)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%

#### 8 Fornecedores



	2024	2023
Serviços	972	908
<b>Total</b>	<b>972</b>	<b>908</b>
<b>Circulante</b>	<b>108</b>	<b>108</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>864</b>	<b>800</b>

## 9 Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13	13
<b>Total - circulante</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

## 10 Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Recursos destinados a futuro aumento de capital
2024	-
2023	(380)

## 11 Provisões para riscos fiscais e regulatório

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria fiscal e regulatória.

### 11.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Fiscal	2024	2023
--	--------	------	------



Saldo em 2023 e 2022	45	45	40
Atualização monetária	5	5	5
Saldo em 2024 e 2023	50	50	45

## 11.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza regulatória em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisões.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Regulatório	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	39.383	39.383	37.437
Constituições de provisões /mudança de prognóstico	14.582	14.582	(2.620)
Atualização monetária	4.634	4.634	4.566
Saldo em 2024 e 2023	58.599	58.599	39.383

A LITE possui ação que discute suposto descumprimento de prazo regulatório.

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2024	2023
LITE	Processo administrativo	48500.006110/2017-27	A ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inoccorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.	58.599	39.382

## 12 Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social é de R\$40.106 (R\$39.726 em 2023), representando 40.105.649 (39.725.649 em 2023) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Reunião dos Sócios realizada em 16 de maio de 2024 referente a 27ª Alteração do Contrato Social da Companhia, foi aprovada aumento de capital no valor de R\$380, mediante a emissão de 380.000 novas quotas, pelo preço de emissão de R\$1,00, passando o capital social de R\$39.726 para R\$40.106. As novas quotas foram integralizadas mediante a capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Todas as novas quotas ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas, pelas sócias, mediante a capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) decorrente de aportes até 31 de dezembro de 2023, devidamente registrados na escrituração contábil da Sociedade.

## 13 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Despesas operacionais	Despesas Gerais e administrativa	Total	
			2024	2023



Serviços de terceiros	63	-	63	30
Material	-	-	-	7
Outros	-	1	1	1
	<b>63</b>	<b>1</b>	<b>64</b>	<b>38</b>

## 14 Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receitas financeiras	1	3
Outras Receitas Financeiras	1	3
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Atualização contingência	(5)	(5)
Despesas com IOF	(1)	(1)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>

## 15 Prejuízo por ação básico e diluído

	2024	2023
(Prejuízo) líquido do exercício:	(68)	(38)
Média ponderada das ações	39.978	39.726
<b>(Prejuízo) líquido básico por ação - R\$(<sup>1</sup>)</b>	<b>(0,002)</b>	<b>(0,001)</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 16 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2024
<b>Atividades de financiamento</b>	
Aumento de Capital	380

---\*---



**Gabriel Mussi Moraes**

Diretor Presidente

**Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi**

Diretor Geral de Operações

**Maurício Perez Botelho**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Fernando César Maia**

Diretor Técnico

**Rodolfo da Paixão Lima**

Contador

CRC-RJ 107.310/0-0